

# jornal da tarde

Publicado pelo S.A. O Estado de S. Paulo  
Av. Engenheiro Coetaneu Alvares, 55, tel.: 856-2122 (PABX).



Fundado em 1875

JÚLIO MESQUITA  
(1891 - 1927)

JÚLIO DE MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA  
(1927 - 1969)

**Director Responsável**

**RUY MESQUITA**

**Diretores**

José Vieira de Carvalho Mesquita  
Júlio de Mesquita Neto  
Luiz Vieira de Carvalho Mesquita  
Ruy Mesquita  
César Tácito Lopes Costa  
José M. Homem de Montes  
Oliveiros S. Ferreira

## O susto do governo vai adiantar alguma coisa?

O comando econômico do governo parece agora preocupado e assustado. Já não era sem tempo. O motivo é que está acontecendo exatamente aquilo que se previa que aconteceria: uma violenta aceleração inflacionária, com o índice de janeiro superando o recorde de novembro último.

A equipe do ex-ministro Dornelles esperava, no início de 1985, que a inflação caísse, mas não linearmente: ela deveria cair em "folha seca", isto é, subindo de vez em quando para voltar a cair de novo. A equipe do ministro Funaro está conseguindo algo diferente: fazer que a "folha seca" apenas suba.

O índice mensal de inflação, nesta nova fase, tem recuos — como os de setembro e outubro —, para depois ganhar impulso ascendente que o leva a novos recordes, como os de novembro e janeiro. É um padrão ominoso de comportamento, mas não surpreendente. É que os instantes de recuo refletem os sustos do governo e os artifícios momentâneos para moderar o índice, enquanto os instantes de aceleração refletem a tendência real subjacente da inflação, isto é, o efeito das forças que estão agindo sobre ela.

O governo age no dia-a-dia, quebrando galhos. A inflação, todavia, revela uma aceleração permanente: cada vez que as autoridades, atraídas por outras questões, tiram a mão do regulete, a caldeira inflacionária dá vazão à sua pressão, num movimento que os velhos maquinistas das locomotivas a vapor conheciam bem.

Os maquinistas modernos da economia brasileira preferem, todavia, em vez de cortar a pressão da caldeira ou reduzir a lenha na fornalha, brigar com o medidor da pressão a ver se com isso moderam a velocidade do trem.

Tivemos notícia da reunião do ministro Funaro, neste fim de semana, com colegas seus de governo e assessores, a fim de estudar fórmulas cabalísticas para moderar o ritmo inflacionário. Os jornais estão prevendo que tais novidades aparecerão já na reunião do Conselho Monetário Nacional de quinta-feira próxima. Uma delas, por exemplo, seria uma espécie de recolhimento compulsório sobre os depósitos de poupança, uma maneira de "enxugar" o dinheiro da praça e "rolar" a dívida interna ao mesmo tempo, pois os agentes receberiam títulos do governo em troca desse compulsório. Trata-se, na prática, de uma política de redução dos meios de pagamento. Se lembrarmos que há poucos dias as autoridades reduziram para seis meses o prazo de financiamento de carros, numa tentativa de desaquecer a demanda pelo menos nessa área, temos aí os sinais de que já se ensaiam linhas de ação de caráter "monetarista" para enfrentar o surto inflacionário.

Por que essas preocupações e essa agitação toda?

Já dissemos aqui que este surto inflacionário era perfeitamente previsível. Quem semeia ventos, colhe tempestades, diz a sabedoria popular, e o vendaval inflacionário do momento vem sendo meticulosamente semeado desde o início do governo Sarney. Aliás, se recuarmos um pouco no tempo, teremos uma visão mais abrangente e ao mesmo tempo mais completa do fenômeno.

Todos sabíamos, já por volta de 1979, que o setor público tivera expansão colossal e desproporcional no Brasil. A crise dos juros e o segundo choque do petróleo recomendavam então um rigoroso ajuste do setor público — que não foi feito. O governo do presidente Figueiredo não teve força nem vontade para propor e implementar o ajuste do setor público, que, aliás, continuou expandindo-se quase no mesmo ritmo anterior. Como este fato era inconciliável com o estrangulamento cambial externo, a solução foi impor tremenda recessão ao setor privado, para que a economia como um todo se ajustasse ao estrangulamento cambial sem sacrifícios do setor público. Isto foi feito, e o mestre-de-obras foi o ministro Delfim Netto.

Não sabemos se o presidente Tancredo Neves chegou a perceber em toda a sua dimensão o imperativo, então, de um ajuste, agora, do setor público, uma vez que o setor privado, superada a fase mais crítica, ganhava impulso. Suas inúmeras declarações, todavia, de que o crescimento doravante se faria com base no setor privado, de que era preciso repensar o papel do Estado e do governo na economia, e as primeiras ações do ex-ministro Dornelles, nos autorizam a imaginar que ele tinha clara noção da estratégia mais sensata, que era deslocar o eixo da recessão para o setor público, de tal forma que o setor privado pudesse ganhar impulso sem pressionar a inflação e ao mesmo tempo ajudando a equilibrar as finanças públicas.

Infelizmente, não era essa a visão e a orientação do presidente Sarney. No afã, talvez, de ganhar popularidade rapidamente e romper a frustração política que a morte de Tancredo trouxe ao País, o chefe do governo, como ele próprio repete freqüentemente, optou pelo crescimento. Só que optou pela expansão da demanda, isto é, pela dinamização do setor privado sem conter ou reduzir o setor público. O resultado é que toda a economia inchou além da medida e das proporções desejáveis, gerando um extraordinário e notável potencial inflacionário. Sem ter reduzido os dispêndios do setor público, ao contrário, acelerando-os até, e ao mesmo tempo exacerbando a demanda privada, o governo só poderia colher, como está colhendo, a chamada "mudança de patamar" da inflação.

Resta indagar se as tentativas de fazê-la recuar "de patamar" novamente poderão dar resultados. Não cremos, enquanto não for atacado o problema fundamental. Pode ser que o índice de fevereiro seja menor do que o de janeiro, até porque o período de coleta de preços será menor, conforme o próprio governo está dizendo. Uma vez serenados os ânimos, porém, a inflação reconquistará seu terreno, até que o governo se decida a fazer o que tem de ser feito: cortar seus dispêndios, único meio não inflacionário de reduzir suas emissões de títulos e moeda.

A insistência do ministro Sayad em completar a construção do "Brasil Grande", iniciada no governo Médici, à custa de expansão em termos reais dos investimentos das estatais, já se nos afigura suicida. Mesmo porque a queda dos preços do petróleo e das taxas de juros internacionais nos estão proporcionando, na prática, o "dinheiro novo" que tanto queremos dos credores. Se a isso fosse somado um

relevante corte de dispêndios do governo (ou o adiamento, por um ano que seja, dos investimentos petrolíferos, por exemplo, que somam quase 50 trilhões de cruzeiros), aí sim, teríamos uma possibilidade e uma perspectiva concreta de reequilíbrio das finanças públicas e, portanto, de efetivo controle da inflação.

Fora disso é o reino da tapeação, da enganção, que só nos levará, de "patamar" em "patamar", ao alto da pirâmide de novo sacrifício econômico.